

Melissa Andréa Smaniotto
(Organizadora)

DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE 2



Atena
Editora

Ano 2019

Melissa Andréa Smaniotto

(Organizadora)

Direitos Humanos e Diversidade 2

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D598 Direitos humanos e diversidade 2 [recurso eletrônico] / Organizadora
Melissa Andréa Smaniotto. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora,
2019. – (Direitos Humanos e Diversidade; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-183-1

DOI 10.22533/at.ed.831191303

1. Antropologia. 2. Direitos humanos. 3. Minorias. I. Smaniotto,
Melissa Andréa. II. Série.

CDD 323

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Dando continuidade às discussões sobre “Direitos humanos e diversidade”, o volume II apresenta 25 capítulos que aprofundam a discussão sob o vértice jurídico, provocando o leitor a refletir sobre a efetividade do Direito quando se fala em dignidade e ser humano.

Aliás, a humanização permeia os olhares de pesquisadores na área jurídica, trazendo à tona as mazelas de um sistema ainda predominantemente dogmático mas que começa a ampliar os horizontes da interdisciplinaridade.

Tal postura faz com que a perspectiva sobre os Direitos Humanos seja (re)construída para encarar suas características de dinamicidade, pluralidade, e transversalidade e abranger outras áreas da Ciências Sociais estabelecendo um diálogo instigante que propicia diversificar a discussão da igualdade e democracia como matizes que compõem a investigação científica desse assunto tão em evidência em tempos de crise de valores no sentido mais amplo possível.

A proposta desta obra é que o leitor continue superando esse processo de construção do conhecimento aqui apresentado considerando este livro como um ponto de partida para rever o que já foi feito e pensar em inúmeras outras maneiras de contribuir para que os direitos humanos sejam motivo de aproximação entre interesses tão divergentes e conflitantes na sociedade brasileira.

Melissa Andréa Smaniotto

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EXPLORAÇÃO MUDIÁTICA DA IMAGEM DO ACUSADO E SUAS IMPLICAÇÕES NO DIREITO À PROTEÇÃO DA IMAGEM	
<i>André Isídio Martins</i> <i>Jaci de Fátima Souza Candiotto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8311913031	
CAPÍTULO 2	14
LINCHAMENTOS E PERCEPÇÕES SOBRE VINGANÇA PRIVADA NO MARANHÃO: UMA (DES)CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DE LEGITIMAÇÃO POPULAR	
<i>Marina Guimarães da Silva de Souza</i> <i>Thiago Allisson Cardoso de Jesus</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8311913032	
CAPÍTULO 3	30
MEMÓRIA DE CRIANÇA: ANÁLISE DE DEPOIMENTO DA DITADURA MILITAR INICIADA EM 1964	
<i>João Paulo Dias de Meneses</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8311913033	
CAPÍTULO 4	48
NEGLIGÊNCIA A CRIANÇAS E ADOLESCENTES: PERFIL DE MÃES NOTIFICADAS, EM CIDADE DO SUL DO BRASIL	
<i>Lucimara Cheles da Silva Franzin</i> <i>Samuel Jorge Moyses</i> <i>Simone Tetu Moyses</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8311913034	
CAPÍTULO 5	71
O ESTADO DA ARTE SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA NA BASE DE DADOS DA CAPES	
<i>Simone Beatriz Assis de Rezende</i> <i>Thayliny Zardo</i> <i>Pedro Pereira Borges</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8311913035	
CAPÍTULO 6	84
POLÍTICAS DE PROTEÇÃO E O PAPEL DOS DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS: O CASO MANOEL MATTOS	
<i>Luana Cavalcanti Porto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8311913036	
CAPÍTULO 7	100
RECURSOS RELATIVOS AOS PEDIDOS DE VISITA DE MENORES A GENITORES PRIVADOS DE LIBERDADE, NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, MS	
<i>Márcia Cristina Corrêa Chagas</i> <i>Fábia Zelinda Fávaro</i> <i>Lázaro Filho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8311913037	

CAPÍTULO 8 112

TRÁFICO DE PESSOAS NO ESTADO DO MARANHÃO: UMA ANÁLISE DA SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS À LUZ DA AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Amanda Passos Ferreira
Hilza Maria Feitosa Paixão

DOI 10.22533/at.ed.8311913038

CAPÍTULO 9 125

TRÁFICO DE PESSOAS PARA O TRABALHO ESCRAVO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL: DIREITOS HUMANOS E PUBLICIZAÇÃO

Cecilia Delzeir Sobrinho
Heitor Romero Marques

DOI 10.22533/at.ed.8311913039

CAPÍTULO 10 138

VIOLÊNCIA CRIMINAL, VINGANÇA PRIVADA E CASOS DE LINCHAMENTOS NO MARANHÃO: UMA ANÁLISE À LUZ DA CRISE DE LEGITIMIDADE DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL CONTEMPORÂNEO

Thiago Allisson Cardoso de Jesus
Janilson Soares Lima

DOI 10.22533/at.ed.83119130310

CAPÍTULO 11 157

A ATITUDE DE BRASILEIROS E AMERICANOS PERANTE A ORDEM IGUALITÁRIA: TEORIA DEMOCRÁTICA COMPARADA

Gabriel Eidelwein Silveira
Tamires Eidelwein

DOI 10.22533/at.ed.83119130311

CAPÍTULO 12 178

A RELATIVIZAÇÃO DA SOBERANIA E A ATUAÇÃO DA ONU EM FACE DOS DIREITOS HUMANOS, NAS ÁREAS DE CONFLITO INTERESTATAIS: POSSIBILIDADE ATUAIS

Olívia Ricarte

DOI 10.22533/at.ed.83119130312

CAPÍTULO 13 193

A CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO NAS AÇÕES DE FAMÍLIA: A IMPORTÂNCIA DA CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DOS NUPEMEC'S E CEJUSC'S

Sílvia Leiko Nomizo
Bruno Augusto Pasian Catolino
Delaine Oliveira Souto Prates

DOI 10.22533/at.ed.83119130313

CAPÍTULO 14 203

EDUCAÇÃO EM CONTEXTO DE FRONTEIRA: UMA REFLEXÃO SOBRE ACORDOS E TRATADOS INTERNACIONAIS E NACIONAIS DO DIREITO À EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO DE FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

Ana Maria de Vasconcelos Silva
Sofia Urt

Luciane Pinho de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.83119130314

CAPÍTULO 15 218

ENTRE FRONTEIRAS: MEMÓRIAS DE HISTÓRIAS DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO CONE SUL

Anna Flávia Arruda Lanna Barreto

DOI 10.22533/at.ed.83119130315

CAPÍTULO 16 238

PERSONA NON GRATA: REFLEXÕES SOBRE FRONTEIRAS E MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

Alexandre Honig Gonçalves

Alex Dias de Jesus

DOI 10.22533/at.ed.83119130316

CAPÍTULO 17 248

SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS: CONSIDERAÇÕES PONTUAIS SOBRE OS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES

Sheila Stolz

DOI 10.22533/at.ed.83119130317

CAPÍTULO 18 262

ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE ACESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA POPULAR – NAJUP NEGRO COSME: A INCANSÁVEL LUTA EM PROL DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO MARANHÃO

Larissa Carvalho Furtado Braga Silva

Maria Gabrielle Araújo de Souza

DOI 10.22533/at.ed.83119130318

CAPÍTULO 19 274

CONSIDERAÇÕES JURÍDICO-FILOSÓFICAS SOBRE O “ATIVISMO JUDICIAL”

Eid Badr

Juliana Mayara da Silva Sampaio

DOI 10.22533/at.ed.83119130319

CAPÍTULO 20 288

DIREITOS HUMANOS E APLICAÇÕES ÀS RELAÇÕES PRIVADAS: SOB A PERSPECTIVA DE ANDREW CLAPHAM

Guilherme Sampieri Santinho

DOI 10.22533/at.ed.83119130320

CAPÍTULO 21 301

A EVOLUÇÃO NORMATIVA REFERENTE A TUTELA DOS DIREITOS INDÍGENAS E SUA CONCRETIZAÇÃO POR MEIO DA LEGITIMIDADE NO PROCESSO COLETIVO

Lucas de Souza Rodrigues

Kevin Alexandre de Oliveira Shimabukuro

Fabiano Diniz de Queiroz

DOI 10.22533/at.ed.83119130321

CAPÍTULO 22	306
O DIREITO HUMANO AO DESENVOLVIMENTO COMO PROTEÇÃO COLETIVA AO SUPERENDIVIDAMENTO	
<i>Ana Larissa da Silva Brasil</i>	
<i>André Angelo Rodrigues</i>	
<i>João Adolfo Ribeiro Bandeira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.83119130322	
CAPÍTULO 23	320
ABORTO LEGAL NO BRASIL: UM DIREITO DISCRIMINADO	
<i>Adria Rodrigues da Silva</i>	
<i>Givaldo Mauro de Matos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.83119130323	
CAPÍTULO 24	325
DIREITOS HUMANOS E ASPECTOS ÉTICOS: ALGUMAS INDAGAÇÕES ACERCA DA BIOÉTICA	
<i>Aliana Fernandes Vital de Almeida</i>	
<i>Ricardo Vital de Almeida</i>	
<i>Larissa Fernandes Guimarães Garcia</i>	
DOI 10.22533/at.ed.83119130324	
CAPÍTULO 25	335
EDUCAÇÃO EM SAÚDE: APRENDENDO A APRENDER	
<i>Josyenne Assis Rodrigues</i>	
<i>Gleice Kelli Santana de Andrade</i>	
<i>Ane Milena Macêdo de Castro</i>	
<i>Anna Alice Vidal Bravahlieri</i>	
<i>Edivania Anacleto Pinheiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.83119130325	
SOBRE A ORGANIZADORA	340

O ESTADO DA ARTE SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA NA BASE DE DADOS DA CAPES

Simone Beatriz Assis de Rezende

Universidade Católica Dom Bosco
Campo Grande-MS

Thayliny Zardo

Universidade Católica Dom Bosco
Campo Grande-MS

Pedro Pereira Borges

Universidade Católica Dom Bosco
Campo Grande-MS

RESUMO: Esta pesquisa é uma primeira incursão feita para a construção de um Estado da Arte na temática Educação Profissional de Jovens em Cumprimento de Medidas Socioeducativas. A investigação faz um levantamento das produções científicas / acadêmicas existentes, no período de 1996 a 2016, para subsidiar discussões acerca do tema, tendo em vista a premissa de que o sistema de garantia de direitos possui, como fundamento central, a dignidade da pessoa (Declaração de Direitos Humanos de Viena, de 1993) e também da percepção de que os jovens, hoje em conflito com a lei e cumprindo medidas socioeducativas, em sua maioria, tiveram seus direitos violados anteriormente. A educação é direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988 e a educação profissional mostra-se como política pública imprescindível para a reinserção social dos jovens em cumprimento de medidas

socioeducativas. Para tanto, utilizou-se como metodologia principalmente as referências de Therrien & Therrien (2004) e a base de dados da CAPES, no que se refere aos periódicos e ao banco de teses e de dissertações, consistindo no método dedutivo em pesquisa bibliográfica. Levantou-se o estado da arte, no referido lapso temporal, encontrando-se apenas 1 artigo e 5 dissertações de mestrado, cujo objeto central de pesquisa consistia na temática mencionada. Por fim, diante da breve pesquisa e dos resultados parcialmente encontrados, percebe-se, pelo número diminuto de produções científicas/ acadêmicas sobre o assunto, a invisibilidade social dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, inclusive no que tange às políticas públicas voltadas para a qualificação profissional como forma de reinserção social.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional; Medidas Socioeducativas; Reinserção Social.

ABSTRACT: This research is a first foray made for the construction of a State of the Art in the theme Professional Education of Young People in Compliance with Socio-educational Measures. The research surveys the existing scientific / academic productions, from 1996 to 2016, to support discussions about the subject, considering the premise that the system of rights guarantees has, as a central foundation, the dignity of the person (Vienna Declaration of

Human Rights, 1993) and also the perception that, in the majority of cases, youths who are currently in conflict with the law and complying with socio-educational measures have had their rights previously violated. Education is a fundamental right guaranteed by the Federal Constitution of 1988 and professional education proves to be an essential public policy for the social reintegration of young people in compliance with socio-educational measures. For this purpose, the references of Therrien & Therrien (2004) and the CAPES database, referring to periodicals and the thesis and dissertation bank, were used as the methodology, consisting of the deductive method in bibliographic research. The state of the art was raised in this time span, with only 1 article and 5 master's dissertations, whose main research object consisted of the mentioned theme. Lastly, due to the brief research and partially found results, the small number of scientific / academic productions on the subject perceives the social invisibility of the young people in compliance with socio-educational measures, including with regard to public policies aimed at professional qualification as a form of social reintegration.

KEYWORDS: Professional Education; Educational measures; Social reinsertion.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Apesar de se viver no século XXI, a sociedade brasileira ainda é permeada de problemas decorrentes das diferenças econômicas, sociais, raciais, educacionais e religiosas, entre outros, que acabam por obstar e/ou dificultar o desenvolvimento integral dos cidadãos, segregando alguns grupos sociais em detrimento de outros. A esses grupos sociais resta, então, buscar a assistência oferecida por programas públicos, como uma espécie de maquiagem da marginalização e misérias sociais que sofrem, sem poder desfrutar dos direitos fundamentais a todos garantidos constitucionalmente.

Na mesma situação encontram-se crianças e adolescentes brasileiros, em especial aqueles oriundos de classes sociais consideradas hipossuficientes. O “futuro da nação”, como são considerados, vive, dia após dia, uma realidade de violação em seus direitos fundamentais, cuja garantia da dignidade da pessoa humana é ofuscada das mais variadas formas, seja por intermédio de violência física, sexual ou psicológica.

Frente a esse quadro, argumentos como a redução da maioria penal ganham força, enquanto políticas públicas, como a educação profissional de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, padecem de atenção e visibilidade social, econômica e política, na incessante luta pela garantia dos direitos humanos fundamentais.

Nessa perspectiva, objetiva-se discorrer sobre o estado da arte acerca da temática da educação profissional de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, mesmo em um universo de inúmeras possibilidades, para demonstrar a importância do tema no cenário social.

A investigação pretende fazer um levantamento das produções científicas / acadêmicas existentes no período de 1996 a 2016 para subsidiar as discussões acerca

do tema. Para tanto, o método dedutivo em pesquisa bibliográfica é utilizado como metodologia do estudo, contando ainda com as referências de Therrien & Therrien (2004) e a base de dados da CAPES, tanto no que se refere aos periódicos, quanto ao banco de teses e de dissertações, para averiguação das produções existentes.

A justificativa do presente trabalho recai sobre a premissa de que o sistema de garantia de direitos possui, como fundamento central, a dignidade da pessoa (Declaração de Direitos Humanos de Viena de 1993) e a percepção de que os jovens, hoje em conflito com a lei e cumprindo medidas socioeducativas, em sua maioria, tiveram seus direitos violados anteriormente, de modo que a educação profissional mostra-se como política pública imprescindível para a reinserção social dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

2 | AS MEDIDAS SOCIEDUCATIVAS E O DIREITO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Até a Constituição de 1988 vigorava o Código de Menores (Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979), que possuía a nítida preocupação em garantir o bem-estar das crianças e dos adolescentes, mas com postura assistencialista e punitiva, desprovida da percepção de que esses eram e são titulares de direitos. Havia um evidente tratamento discriminatório, pois o alvo da lei consistia em crianças e adolescentes pobres, negros, de baixa escolaridade, ou seja, uma forte associação à delinquência e à pobreza.

Sobreveio a Constituição Federal de 1988 para salvaguardar o desenvolvimento integral da infância e da adolescência como garantia de direitos fundamentais, ou seja, o Brasil acolheu a teoria da proteção integral à criança e ao adolescente com a finalidade de “colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Art. 227 da Constituição Federal de 1988).

Essa doutrina fundamenta todo arcabouço principiológico do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei nº 8.069/90), a qual outorga à criança o direito indisponível às integridades física e moral:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

[...]

Art. 5º - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, **exploração**, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

[...]

Art. 17. O direito ao respeito consiste na **inviolabilidade da integridade física**,

psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

[...]

Art. 18. É dever de todos velar pela **dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor**. (grifos nossos)

Apesar dos instrumentos jurídicos existentes no Brasil, o que se vê é a constante e reiterada violação dos direitos das crianças e dos adolescentes, o que acaba por culminar em estado de violência inaceitável, sendo certo que, de acordo com o Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil (p. 11), em 2012, a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos, negros e moradores das periferias e das áreas metropolitanas dos centros urbanos era o homicídio, ou seja, mais da metade dos mortos eram jovens (52,63%) e destes 77% eram negros e 93,30% do sexo masculino e, ainda:

A partir dos dados foi possível aferir que, em todos os anos da série histórica de 2005 a 2012, a maioria da população prisional do país era composta por jovens entre 18 e 24 anos. Em 2005, dentre os presos para os quais havia essa informação disponível, 53.599 tinham entre 18 e 24 anos e 42.689, entre 25 e 29 anos. Já em 2012, 143.501 tinham de 18 a 24 anos e 266.356 destes tinham entre 25 e 29 anos. Olhando somente os dados de 2012 e considerando apenas a parcela para qual a informação sobre idade estava disponível, verificou-se que 54,8% da população encarcerada no Brasil era formada por jovens, segundo o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013), ou seja, tinha menos que 29 anos. (BRASIL, 2015, p. 33)

Percebe-se que, da mesma maneira que cresce o número de jovens vítimas de atos infracionais, aumenta o número de jovens que violam direitos de outrem.

E, é sob o viés da doutrina de proteção integral que o Estatuto da Criança e do Adolescente elenca, em seu Art. 112, as medidas socioeducativas a serem aplicadas a esses adolescentes que praticam ato infracional. As medidas variam de acordo com as circunstâncias e a gravidade do ato e a capacidade do adolescente de cumpri-las, e consubstanciam-se em advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade, internação em estabelecimento educacional e qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI do ECA, dentre essas últimas o encaminhamento aos pais, orientação temporária, inclusão em serviços e programas etc.

As medidas socioeducativas se dividem basicamente entre aquelas executadas em meio aberto, quais sejam: a advertência, a reparação do dano, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida e, ainda, aquelas executadas com privação de liberdade que, por sua vez, subdividem-se em semiliberdade e internação em estabelecimento educacional. Não se trata de pena, pois a finalidade pedagógica e decorre do reconhecimento da condição peculiar de desenvolvimento na qual se encontra o adolescente.

Atualmente a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, instituiu o Sistema Nacional

de Atendimento Socioeducativo (SINASE) que regulamenta a execução dessas medidas.

O recente Levantamento Anual SINASE 2013, publicado em 2015, corroborou a estatística acima e identificou um aumento significativo de adolescentes e de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas entre os anos de 2010 a 2013, conforme se vê da tabela abaixo (BRASIL, 2015, p 15-17):

	2010	2011	2012	2013
Total Brasil de Adolescentes de 12 a 21 anos, em restrição e privação de liberdade (internação, internação provisória e semiliberdade)	17.703	19.595	20.532	23.066

Tabela 1: Evolução do número de Adolescentes em restrição ou privação de liberdade

Fonte: Elaborada pelos autores

Impende explicitar que o ECA considera criança a pessoa até doze anos incompletos e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade, aplicando-se, excepcionalmente a norma às pessoas entre 18 e 21 anos de idade (Art. 2º, Lei nº 8.069/90).

Mesmo cumprindo medida socioeducativa, subsiste o direito à educação e à educação profissional, já alçados à categoria de direito fundamental pela Constituição Federal de 1988, e o Estado deve promover as ações necessárias para a concretude dessa garantia titularizada pelo adolescente infrator, nos termos do Art. 53, 69 e 124 do ECA:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

[...]

Art. 69. O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros:

I – respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;

II – capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

[...]

Art. 124. São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes:

[...]

XI – receber escolarização e profissionalização; [...]

Assim, considerando a possibilidade de internação de um adolescente pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme Parágrafo 1.º do Art. 122 do ECA e, ainda, levando-se em conta a dificuldade de acesso a esse tipo de formação fora da unidade, mais razão ainda para a existência de políticas públicas com vistas à educação profissional.

3 | A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: UM ESTADO DA ARTE

Utilizar o estado da arte como metodologia de pesquisa significa dizer que o método de pesquisa será de caráter bibliográfico, portanto por meio de uma revisão bibliográfica, acerca das produções existentes sobre um determinado assunto em uma área de conhecimento. Essa revisão permite averiguar algumas questões relevantes, como, por exemplo, quais caminhos e vertentes vêm sendo tomados acerca da temática; os aspectos mais abordados em detrimento de outros; quais são as teorias construídas e os procedimentos de pesquisa utilizados nessa construção; os teóricos mais evidentes no embasamento das pesquisas; os pontos ainda não discutidos e que necessitam ser trabalhados; bem como a relevância científica e social do objeto pesquisado. Desse modo o estado da arte permite levantar, elencar e, ainda, analisar as produções do universo científico e acadêmico, considerando-se, para tanto, as áreas de conhecimento, os períodos cronológicos, os espaços e as formas e condições de produção (FERREIRA, 2002; ROMANOWSKI e ENS, 2006).

De um modo simples, o estado da arte possibilita a formação de um “inventário descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema investigado” (TERRIEN, TERRIEN, 2004, p. 8).

Nessa linha, Silva e Carvalho (2014) observam que o referido método possui características a serem atendidas pela pesquisa ao adotá-lo, tal como o tempo, o espaço e o tema das investigações analisadas. A necessidade de delimitação do tempo e do espaço para esse método recai sobre a justificativa de que as análises realizadas baseiam-se em concepções e práticas de determinado contexto social, econômico, político, religioso e/ou cultural, entre outros. Por sua vez o recorte temático específica e limita o assunto que será levantado e mapeado, permitindo uma amplitude e um aprofundamento nas análises realizadas sobre o tema investigado. Conforme os ensinamentos das autoras, ambos os recortes são variáveis em função do tempo que o pesquisador tem para o levantamento e para a análise e da quantidade de colaboradores na pesquisa.

Do mesmo modo, faz-se necessário definir a fonte de levantamento dos dados para conferir confiabilidade à investigação, face ao seu rigor no momento de avaliação das pesquisas por ela publicadas. Por fim, deve-se delimitar a forma de se levantar as referências, como direcionamento das buscas. Em regra, essas buscas ocorrem por meio de palavras-chave nos artigos, nas teses e nas dissertações, sejam nos títulos, nos resumos ou no próprio trabalho completo, sem esquecer o fato de que algumas referências sobre a temática abordada podem não ser catalogadas por não conter a palavra-chave elencada (SILVA e CARVALHO, 2014).

Nesse contexto, apesar de o estado da arte não contemplar sujeitos de pesquisa diretamente, mas temáticas em que os sujeitos se inserem, portanto indiretamente, o respeito, a seriedade, a fidelidade e a rigorosidade do pesquisador quanto aos dados

e às referências encontrados devem ser/estar sempre presentes, despidendo-se de seus interesses particulares para evitar quaisquer distorções de informações nas análises feitas, como garantia de confiabilidade às pesquisas levantadas e aos leitores do estudo realizado.

Em tal perspectiva este estudo pretende contribuir para a percepção do que vem sendo descrito e abordado nas produções científicas acerca da profissionalização de jovens prevista nas medidas socioeducativas, de modo a possibilitar, indiretamente, uma reflexão sobre posturas, argumentos, características e ações ainda não tratados, mencionados ou pesquisados. Para tanto o presente estado da arte adotou como lapso temporal o período de 1996 a 2016 a ser investigado, cujo recorte temático recai sobre a educação profissional de jovens em cumprimento de medida socioeducativa, utilizando-se das seguintes palavras-chave como fonte de pesquisa: aprendizagem e unidade educacional de internação, profissão e jovens infratores, profissão e unidade educacional de internação, educação profissional e jovens, profissionalização e adolescente, socioeducação. A ferramenta de busca do material investigado foi a base de dados da CAPES, desde os artigos científicos até a base de teses e dissertações, sendo importante observar que no que se refere aos artigos científicos, o levantamento teve como limite de pesquisa as 5 (cinco) páginas *online*, com 20 (vinte) resultados por página. A referida escolha foi motivada pela impossibilidade de averiguar a totalidade dos números de trabalhos indicados na pesquisa.

No universo científico/acadêmico foram encontrados 1 (um) artigo e 5 (cinco) dissertações com objeto central de abordagem sobre a educação profissional de jovens em cumprimento de medida socioeducativa, arrolados logo abaixo em ordem cronológica e, posteriormente, submetidos a uma análise de conteúdo:

AUTORIA	TÍTULO	PUBLICAÇÃO: LOCAL E ANO	TIPO	PALAVRAS-CHAVE
PAES, Paulo Cesar Duarte	Arte-Educação para adolescentes em privação de liberdade: avaliação crítica de uma experiência	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). 1999.	Dissertação	-----
RITTER, Carolina	O mercado de trabalho para o adolescente em conflito com a lei: a economia solidária como alternativa de inserção social em Santo Ângelo?	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). 2010.	Dissertação	Mercado de trabalho; Adolescentes em conflito com a lei; Economia Solidária.
APOLINÁRIO, Fátima Regina Guimarães; LIMA, Francisca Rejane Bezerra	Entre muros: educação profissional como estratégia de inserção social para adolescentes em privação de liberdade	Conhecer: debate entre o público e o privado, v. 1, n. 3, 2011, p. 128-160.	Artigo	Educação Profissional; Inserção Social; Políticas Públicas; Medidas Socioeducativas.

LUCENA, José Estácio de	Qualificação profissional na trajetória de vida de jovens que passaram pela FUNASE	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). 2011.	Dissertação	Adolescentes em conflito com a lei; Ressocialização; Qualificação profissional; Vínculo; Reconhecimento.
SOUZA, Célia Regina de	A inserção do egresso da unidade educacional de internação masculina “Aurora Gonçalves Coimbra” no sistema produtivo, em Três Lagoas – MS	Universidade Anhanguera – Uniderp. 2013.	Dissertação	Desenvolvimento local; Mercado de trabalho; Delinquência juvenil; Unidade Educacional de Internação.
FARIAS, Lilian Cristina Pentead de	Escolarização e profissionalização na medida socioeducativa de internação no Paraná - o discurso do protagonismo juvenil nos cadernos de socioeducação (2010)	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), 2015.	Dissertação	Política Nacional de Atendimento Socioeducativo; Medida Socioeducativa de Internação; Protagonismo Juvenil; Escolarização e Profissionalização.

Quadro 1: informações principais das produções científicas/acadêmicas

O primeiro trabalho citado no Quadro 1 refere-se a uma dissertação de mestrado em Educação, cujo autor tomou por base de avaliação duas oficinas de arte-educação oferecidas para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. A primeira oficina ocorreu em 1993, a qual oferecia teatro como atividade aos alunos, de forma que os internos apresentaram uma peça no Teatro Aracy Balabanian e na unidade de internação. A outra oficina, por sua vez, relacionava-se às artes plásticas com a exposição de trabalhos não apenas na unidade de internação, como também no Centro Cultural José Octávio Guizzo. O autor, portanto, ao analisar as ações propostas, avaliou-as criticamente, de forma a concluir que a arte impactou positivamente nos adolescentes, seja nas relações entre si, seja no relacionamento com os funcionários da unidade de internação, em uma espécie de harmonização das relações, culminando, ainda, em uma interação com o público externo, por meio da apresentação e exposição dos trabalhos desenvolvidos. Para ele, a arte consistiu em um “fluxo e refluxo indistinto, entre sujeito e objeto, construindo a consciência” (PAES, 1999, p. 109).

Tal como o primeiro trabalho, a segunda produção é uma dissertação para o título de mestre em Serviço Social. A pesquisa versa sobre um estudo de caso, no município

de Santo Ângelo-RS, de inserção de jovens e egressos do atendimento socioeducativo em uma experiência econômica e solidária focada na geração de trabalho e renda. Em outras palavras, a autora observou uma cooperativa de economia solidária existente na localidade citada, em que alguns trabalhadores eram adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, constatando-se na investigação que:

No que tange a Economia Solidária, refere-se que esta vem se caracterizando pela inclusão marginal dos trabalhadores, conforme já explicitado no decorrer desta dissertação. Porém, alguns aspectos, como a articulação dos trabalhadores a partir da criação de conselhos e a realização de fóruns, abrem a possibilidade de resistência dos sujeitos que fazem parte de empreendimentos de Economia Solidária. Quanto à possibilidade de esta constituir uma alternativa de inserção social de jovens e adolescentes em conflito com a lei, é necessária uma análise mais atenta. Em casos como o deste estudo, em que jovens são organizados para a realização de trabalho com relações de trabalho precárias, e para o desenvolvimento de atividades de baixa remuneração, a contribuição para a inserção social fica aquém do esperado. Ao mesmo tempo, não se nega que esta vem sendo uma alternativa interessante, pois possibilita alguns aspectos positivos como o pertencimento. [...]

Diante desse cenário, tem-se um grande desafio: o desenvolvimento de novas alternativas de inserção social à juventude vulnerabilizada. Juventude que precisa ser vista pela sociedade não como perigosa, ou somente como “futuro da nação”, e sim compreendida dentro de suas especificidades que a própria condição de ser jovem envolve: seus gostos, sua linguagem, seu comportamento, seu estágio de desenvolvimento biológico, o lugar que ocupa na sociedade. Alternativas que possam garantir as mesmas oportunidades de acesso à educação de qualidade, ao mercado de trabalho, à cultura e ao lazer (RITTER, 2010, p. 166-167).

O terceiro apontamento é um artigo científico resultante de um estudo de caso, cujo objeto de pesquisa consistia em verificar a educação profissional oferecida aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider (CECAL), em busca dos resultados das ações desenvolvidas em parceria com uma empresa. Na conclusão da investigação, as autoras afirmam que apesar das barreiras existentes quanto ao objeto de pesquisa, a experiência que se desenvolveu na empresa de confecção, “consegue despertar nesses jovens em privação de liberdade, uma dose de ânimo de esperança, de sonhos, para um futuro melhor” (APOLINÁRIO e LIMA, 2011, p. 158).

Como quarta produção científica/acadêmica tem-se a dissertação de mestrado em Psicologia com a temática voltada para a análise do programa de qualificação profissional da Fundação de Atendimento Socioeducativo - FUNASE, em Pernambuco, a jovens em conflito com a lei durante o tempo de cumprimento das medidas socioeducativas. O estudo permeou, ainda, a forma de atuação para o alcance das metas dos jovens no retorno à comunidade por meio dos conteúdos da qualificação profissional da FUNASE como reinserção ao mercado de trabalho. Feitas as devidas investigações, a pesquisa concluiu que a qualificação profissional oferecida não contribuiu com a reinserção dos jovens, sendo uma política pública que vai de encontro aos objetivos pretendidos pelo ECA e SINASE. Dentre os motivos do insucesso da educação profissionalizante dos

adolescentes internos o autor cita: a superpopulação e a falta de infraestrutura para atender a todos os internos, a falta de parcerias no oferecimento de cursos, a baixa escolaridade dos jovens, a falta de interesse e de participação efetiva dos jovens na escolha dos cursos (LUCENA, 2011).

Mais uma dissertação ocupa espaço no cenário das produções científicas/acadêmicas quanto à educação profissional de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Essa quinta produção, a dissertação de mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional, desenvolve a análise da “inserção do egresso da unidade educacional de internação masculina ‘Aurora Gonçalves Coimbra’ no sistema produtivo no município de Três Lagoas (MS)”. O estudo permitiu que a autora chegasse à conclusão de que a educação profissionalizante na unidade de internação é genérica, superficial e esporádica, de modo a parecer “uma farsa que, contraditoriamente, contribui para privá-los dos direitos prescritos pela legislação, pois não lhes assegura formação profissional nem consciência da sociedade em que vivem” (SOUZA, 2013, p. 41).

Por fim, a sexta pesquisa volta-se para o tema da escolarização e profissionalização de jovens em atendimento socioeducativo, por meio da análise dos Cadernos de Socioeducação do estado do Paraná, dos quais a autora escolhe os seguintes trabalhos: Compreendendo o Adolescente (2010a); Gestão de Centro de Socioeducação (2010b); Práticas de Socioeducação (2010c); Rotinas de Segurança (2010d), Informações Sobre Drogadição (2010e) e Programa Aprendiz (2010f). Analisando os Cadernos de Socioeducação Paranaenses para a compreensão do “discurso do Protagonismo Juvenil” por eles pretendido, a autora observa que a proposta de parceria entre o Estado e as entidades é viável e benéfica quanto ao oferecimento de cursos técnicos, a exemplo do PRONATEC e do Programa Aprendiz. Contudo pontua que, apesar de a questão da profissionalização se efetivar, a sua acessibilidade resta prejudicada, pois não atende à totalidade dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa do estado do Paraná, razão pela qual a autora conclui que:

O cenário se configura com quantidade de vagas limitada e, especialmente, com requisitos restritivos para a inserção nos Programas. Sobre os requisitos para a inserção no Programa Aprendiz destacamos a exigência de que o adolescente candidato tenha declarada condição de baixa renda reafirmando o direcionamento da Política Nacional de Atendimento Socioeducativo para adolescentes pobres.

Sendo assim, a Profissionalização, como sinônimo de inclusão social, remete à gênese do atendimento ao jovem marginalizado que tem na atividade laboral o atendimento correccional.

Posto isso, compreendemos que, embora o ECA (1990) represente avanço no reconhecimento dos adolescentes como possuidores de direitos, e a estruturação da Política Nacional de Atendimento Socioeducativo implique na oportunidade do adolescente ter acesso as Políticas Sociais, o trabalho com o adolescente que cometeu ato infracional limita-se a manutenção da situação de exclusão de jovens marginalizados (FARIAS, 2015, p. 119).

Nesse sentido o presente estado da arte possibilita notar que os trabalhos apresentados, com enfoques centrais na educação profissional de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, não apenas abordam o assunto em teoria, mas também o relacionam com a realidade existente à volta dos pesquisadores. Essa relação entre teoria e prática traz à tona reflexões mais aprofundadas e sensíveis no que se refere às experiências porque passam os adolescentes nas unidades de internação, tanto no aspecto positivo, quanto negativo, como uma forma de contribuir para mudanças e transformações estruturais e institucionais em busca da garantia plena dos Direitos Fundamentais da criança e do adolescente.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo representa as reflexões sobre o levantamento das produções científicas sobre a educação profissional de jovens infratores em cumprimento de medidas socioeducativas, no período de 1996 a 2016, na base de dados da CAPES, tanto em periódicos, quanto em teses e dissertações, com vista a constituir o Estado da Arte com os recortes bem delimitados.

A escolha do tema decorre da percepção de que, apesar do avançado sistema de garantia de direitos do Brasil, os direitos das crianças e dos adolescentes são diuturnamente violados, colocando por terra todo o arcabouço principiológico da teoria de proteção integral consagrados na Constituição Federal de 1988 e constantes do Estatuto da Criança e do Adolescente e no SINASE.

A sociedade precisa perceber as nefastas marcas que a violência causa nas crianças e nos adolescentes e que o aumento do número de jovens vítimas de atos infracionais e outros tipos de exploração contribuiu diretamente para o crescimento do número de jovens que violam direitos de outrem.

A sociedade precisa reconhecer a própria responsabilidade e promover as mudanças necessárias para reverter o estado insustentável de violência contra as crianças e os adolescentes, garantindo-lhes o desenvolvimento saudável e integral.

Diante do atual cenário e da análise prospectiva acerca da invisibilidade do público-alvo tratado, optou-se por pesquisar e desvelar os estudos acadêmicos concluídos, cujo objeto central aborda a educação profissional como política de inclusão.

Da análise de poucos textos acadêmicos ora trazidos à lume é possível divisar a importância do tema educação profissional para jovens infratores e em cumprimento de medidas socioeducativas como política de inclusão e ressocialização com o engajamento de diferentes instituições sociais.

Desta forma depreende-se que a contribuição desse breve estudo bibliográfico é significativa tanto qualitativa, dado o resultado acima exposto, quanto quantitativamente e dada a escassez de material acadêmico produzido, deixando antever a necessidade da continuidade da pesquisa.

Essa pesquisa de Estado da Arte revela-se, ainda, imprescindível para garantir o ineditismo de uma possível tese de doutorado, além de dar visibilidade às questões que merecem ser aprofundadas e identificar os desafios a serem enfrentados.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Sandra Maria Francisco de. *Violência e sociedade: os (des)caminhos da adolescência*. In: **Adolescentes em conflito com a lei: fundamentos e práticas da socioeducação**. Org. Paulo C. Duarte Paes, Sandra Maria Francisco de Amorim. Campo Grande: ed. UFMS, 2012.
- APOLINÁRIO, Fátima Regina Guimarães; LIMA, Francisca Rejane Bezerra. *Entre muros: educação profissional como estratégia de inserção social para adolescentes em privação de liberdade*. **Conhecer**: debate entre o público e o privado, v. 1, n. 3, 2011. p.128-160. Disponível em: <<http://seer.uece.br/?journal=politicaspUBLICASemdebate&page=article&op=view&path%5B%5D=54>>. Acesso em: 09 set 2016.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 25 out 2016.
- _____. **Levantamento anual SINASE 2013**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2015. Disponível em <<http://www.sdh.gov.br/noticias/pdf/levantamento-2013>>. Acesso em: 17 out. 2016.
- _____. **Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil**. Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude. – Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em <<http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2016/08/MAPA-DE-ENCARCERAMENTO-OS-JOVENS-NO-BRASIL-2015.pdf>> Acesso em 17 out 2016.
- COSTA E SILVA, Francisca Jocineide da; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. *O estado da arte das pesquisas educacionais sobre gênero e educação infantil: uma introdução*. In: 18º REDOR. Recife, 2014. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/2192/648>>. Acesso em: 09 set. 2016.
- FARIAS, Lilian Cristina Penteado de. **Escolarização e profissionalização na medida socioeducativa de internação no Paraná - o discurso do protagonismo juvenil nos cadernos de socioeducação**. 125f. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Cascavel/PR.
- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. *As pesquisas denominadas “estado da arte”*. **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 79, p.257-272, ago. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.
- LUCENA, José Estácio de. **Qualificação profissional na trajetória de vida de jovens que passaram pela FUNASE**. 135f. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife/PE.
- PAES, Paulo Cesar Duarte. **Arte-Educação para adolescentes em privação de liberdade: avaliação crítica de uma experiência**. 129f. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Campo Grande/MS.
- RITTER, Carolina. **O mercado de trabalho para o adolescente em conflito com a lei: a economia solidária como alternativa de inserção social em Santo Ângelo ?**. 191f. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Porto Alegre/RS.
- ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. *As pesquisas denominadas do tipo “estado*

da arte” em educação. Diálogo Educ., Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://alfabetizarvirtualtextos.files.wordpress.com/2011/08/as-pesquisas-denominadas-do-tipo-estado-da-arte-em-educac3a7c3a3o.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

SOUZA, Célia Regina de. **A inserção do egresso da unidade educacional de interação masculina “Aurora Gonçalves Coimbra” no sistema produtivo, em Três Lagoas – MS.** 46f. 2013. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional). Universidade Anhanguera-Uniderp. Campo Grande/MS.

TERRIEN, Silvia Maria Nóbrega; TERRIEN, Jacques. *Trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas. Estudos em avaliação educacional.* v. 15, n. 30, jul./dez. 2004.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-183-1

